

**TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS
PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE**

**WORK OF THE SOCIAL WORKER IN STUDENT
ASSISTANCE: ANALYSIS OF THE KNOWLEDGE
PRODUCTIONS OF THE GRADUATE PROGRAMS IN
SOCIAL WORK IN THE SOUTHEAST REGION**

Eliana Canteiro Bolorino Martins¹

Mireille Alves Gazotto²

RESUMO

O artigo traz um recorte da tese de doutorado intitulada “**O trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil**: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil”, que teve como objetivo analisar as particularidades do trabalho do(a) assistente social na efetivação da política de assistência estudantil, a partir das produções de conhecimento das dissertações de mestrado e teses de doutorado dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social público da região Sudeste do Brasil desde a abertura desses programas até o ano de 2017. A metodologia utilizada foi a da pesquisa bibliográfica possibilitando o mapeamento das produções de conhecimento referentes ao tema estudado. Os resultados revelaram que o trabalho da/o assistente social continua precarizado com atendimento de uma política pública educacional seletista e fragmentada.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Educação; ensino superior;

¹ Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. Pós-Doutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

² Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutora em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: mireillegazotto@gmail.com.

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

assistência estudantil; produção de conhecimento.

ABSTRACT:

O The article brings an excerpt from the doctoral thesis entitled "The work of the Social Worker in Student Assistance: knowledge production in the Graduate Programs in Social Work in the Southeast region of Brazil", which aimed to analyze the particularities of the work of the social worker in the implementation of the student assistance policy, based on the knowledge productions of the master's dissertations and doctoral theses of the Graduate Programs in Service Social Programs in the Southeast region of Brazil from the opening of these programs until 2017. The methodology used was that of bibliographic research, enabling the mapping of knowledge productions related to the theme studied. The results revealed that the work of the social worker continues to be precarious with the attendance of a selective and fragmented educational public policy.

KEYWORDS: Social Work; Education; higher education; student assistance; knowledge production.

INTRODUÇÃO

No presente artigo será apresentado o resultado parcial da Pesquisa intitulada “**O trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil**”, elaborada por uma das autoras deste artigo e que teve como objetivo geral analisar as produções de conhecimento dos 36 Programas de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), portanto, em teses e dissertações, tendo como foco o trabalho do assistente social na assistência estudantil. A pesquisa teve o seguinte recorte temporal: desde a abertura desses programas até o ano de 2017.

Para fundamentar teoricamente esta temática, problematizou-se as políticas educacionais, particularmente o Ensino Superior, gestadas num contexto pós década de 1990, cuja marca das políticas sociais (e da política de Educação) é de cunho neoliberal moldado sob a égide do sistema capitalista e com sustentáculo na formação referendada na perspectiva

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 33, Fluxo contínuo (2024): Edição “Conhecimento e diversidade”

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

da reatualização da teoria do capital humano³ para o atendimento da demanda do capital. A partir desse pressuposto, à medida que o sistema capitalista se expande, trazendo mudanças na forma de produção e reprodução da sociedade com significativas alterações das forças produtivas, cria ideologicamente concepções de uma educação que aparentemente expressam uma política educacional de “inclusão”. Entretanto tem como principal meta preparar funcional e ideologicamente a classe trabalhadora, de forma coerente com as transformações do mundo do trabalho, ou seja, para atender prioritariamente as demandas do capital. Assim, o Estado oferece uma resposta superficial aos movimentos sociais (estudantes, educadores) que, historicamente no Brasil, têm mobilizado a luta por uma Educação laica, pública, de qualidade e para todos, como um direito social. Essa reivindicação confronta-se com o posicionamento do Estado que, sob o julgo do domínio da classe burguesa propõe a expansão do acesso ao Ensino Superior visando à qualificação da força de trabalho, porém restrita aos interesses do capital e não aos dos trabalhadores.

No limiar desse artigo iremos centrar nossas discussões a partir da década de 2000 em que as políticas educacionais de “inclusão” são intensificadas no governo Lula (2003-2010), gestando uma contrarreforma da política de Educação que fortalece a classe empresarial educacional, continuando o projeto de parcerias entre o público e o privado nas Instituições de Ensino Superior (IES). Assim, prioriza-se através de decretos, leis e projetos que atendessem à classe dominante e aos preceitos indicados pelos organismos internacionais (destacando o Banco Mundial), operacionalizando os contratos de gestão, como exemplo, na esfera educacional privada o Prouni (Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e, para as universidades federais o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), decreto nº. 6.096/07, com os “eixos condutores da contrarreforma do Estado brasileiro, de Bresser-Cardoso a Paulo Bernardo-Lula da Silva” (LIMA & PEREIRA, 2009, p. 38).

³ Capital humano – a noção de capital humano sedimenta um reducionismo da concepção de ser humano a uma mercadoria; de trabalho, ao confundir a atividade vital que produz e reproduz o ser humano e que é pressuposto das demais atividades humanas, à venda da força de trabalho humana (emprego); de sociedade, ao tomá-la como um contínuo dos mais pobres aos mais ricos, ignorando a estrutura desigual e antagônica das classes sociais; de classe social, tomando-a por fatores isolados e independentes na compreensão da sociedade e, finalmente, de educação, de um direito social e subjetivo a uma concepção mercantil de formação humana (FRIGOTTO, 2015, p. 217)

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

O Programa REUNI foi apresentado através de Decreto presidencial (6096/07) e tem como objetivos: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da Educação à distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino. Tudo isto no prazo de cinco anos. Para cada universidade federal que aderir a este “termo de pactuação de metas”, ou seja, um contrato de gestão com o MEC, o governo *promete* um acréscimo de recursos limitados a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal. (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 39-40)

Nesta pactuação do Reuni, como sendo uma das metas para permanência dos estudantes dos cursos de graduação em sistema presencial que estão em condição de vulnerabilidade social, é criado, em 2007, a primeira instrução normativa n.39. Posteriormente, em 2010, promulga-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) conforme Decreto n. 7.234, tendo como objetivo: “[...] ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (PNAES, artigo 1).

Para a contribuição no processo de acesso e permanência dos jovens provenientes da classe trabalhadora (empobrecida) e a necessária operacionalização do PNAES, torna-se realidade a expansão da inserção dos assistentes sociais nas Universidades Públicas Federais e nos Institutos Federais Tecnológicos (IFET's), tendo como principal requisição a realização de estudos socioeconômicos para o provimento de bolsas/auxílios para os discentes que necessitam desses para que possam permanecer nessas instituições de ensino até a conclusão dos cursos.

Inquietações a respeito do tema irromperam justamente com a vivência profissional de uma das pesquisadoras e, especificamente, como se tem efetivado o trabalho profissional da/o assistente social no processo de trabalho coletivo desenvolvido nas Universidades Públicas Federais e nos IFE'S para o atendimento da demanda estudantil, justamente por trabalhar em uma Universidade pública federal. Dessa forma, para que houvesse a aproximação com o tema tão pertinente optou-se por empreender uma pesquisa bibliográfica na produção de conhecimentos em dissertações de mestrado e teses de doutorado dos 36 PPGSS a partir das informações coletada no diretório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Inicialmente foi realizado um levantamento geral em todas as regiões do Brasil e, para aprofundar as análises definiu-se o recorte representativo da realidade nacional

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 33, Fluxo contínuo (2024): Edição “Conhecimento e diversidade”

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

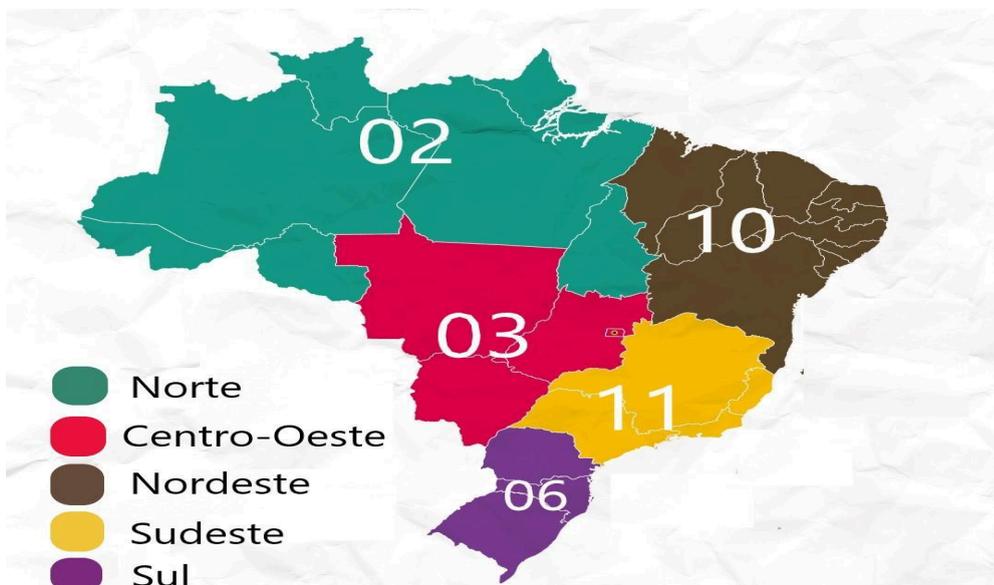
– a região sudeste do Brasil, por ser nesta região que a autora da tese atua. Posteriormente ao realizar o levantamento geral da produção de conhecimento constatou-se que a incidência sobre a temática em voga estão concentradas principalmente na região sudeste e nordeste do Brasil.

Tendo como referência o método investigativo de apreensão da realidade através de aproximações sucessivas ao objeto de pesquisa, demonstrando a visão de homem e de mundo das pesquisadoras, optou-se pelo **método dialético**, o qual norteou as discussões e análises construídas sobre o objeto dessa pesquisa.

Dessa forma, com a pesquisa bibliográfica, conforme análise temática das produções de conhecimento encontradas nos repositórios dos PPGSS públicos, somada à escolha do método dialético, proporcionou entendimentos que permitiram a apreensão das contradições existentes na realidade das relações sociais da sociedade capitalista encontrando as mediações dessa realidade social com o objeto de estudo desse artigo.

Assim, através da pesquisa bibliográfica, realizamos o levantamento de todos os PPGSS públicos no Brasil disponibilizados no site da Capes, constatando coincidentemente, a região Sudeste, determinada como universo da pesquisa de doutorado, possui o maior número de PPGSS demonstrado no mapa.

Figura 1: Distribuição, por região do Brasil, dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, em mestrado e doutorado.



Fonte: Dados organizados pela pesquisadora (2018).

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 33, Fluxo contínuo (2024): Edição "Conhecimento e diversidade"

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

Em seguida com a delimitação do tema “Serviço Social na Educação”, realizou-se na página da CAPES e nos *sites* das universidades uma investigação com as leituras dos títulos, dos resumos e sumários do material coletado e, em algumas situações, quando ainda pairavam dúvidas, acontecia a leitura da obra completa, sendo identificadas 3.108 produções de conhecimento e dessas foram encontradas referentes ao tema 255 produções, as quais foram quantificadas por região.

Constatou-se que o percentual de produções na região Sudeste, não é tão distante do quantitativo da região Nordeste. Assim, a interpretação dos índices indicou que do total de 255 publicações, na região Sudeste há 103 (40,4%) publicações no nível mestrado e doutorado; seguida pela região Nordeste com 90 (35,3%) publicações; a região Sul com 29 (11,3%); a região Centro-Oeste com 23 (9%) e, com menor percentual de teses e dissertações está na região Norte, perfazendo 10 (4%) publicações com essa temática.

Concluiu-se que a discussão sobre o Serviço Social na Educação foi enfatizada na região Sudeste, possuindo um maior número de PPGSS que, historicamente, investimentos governamentais foram projetados nessa região no campo da Educação, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, para atender aos anseios de lucratividade da economia capitalista, com investimentos nos campos tecnológico e científico.

Diante desse material coletado, com a ajuda de um *software* aberto “Zotero” foi realizado o gerenciamento dos dados possibilitando encontrar as categorias que foram analisadas na tese de doutorado sendo que a última, o Trabalho do/a assistente social na assistência estudantil, na região Sudeste, é objeto de análise desse artigo. Segue no quadro abaixo a distribuição, por região, das temáticas das dissertações e teses publicadas nos PPGSS.

Quadro 4: Distribuição, por região, das dissertações e teses publicadas nos PPGSS, identificadas de acordo com as categorias de análises.

Teses/Dissertações e as temáticas	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total T/D por categoria
	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	
Dissertação/Tese											
Política de Educação	7	7	6	21	0	6	18	22	0	8	95
Formação profissional em Serviço Social	0	1	3	2	0	0	2	4	0	2	14

**TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE**

Direitos Humanos e Ética na Educação	0	3	1	13	0	0	4	14	0	1	36
Escolarização na Socioeducação	1	0	0	2	0	0	0	1	0	2	6
Produção de Conhecimento em Serviço Social na Educação	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	3
Dimensão educativa do Serviço Social na área da Educação	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Universidade Aberta na 3ª idade	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	3
Movimentos Sociais da Educação	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	5
Serviço Social na Educação geral	0	1	0	7	0	2	5	19	0	6	40
Assistência Estudantil	0	2	1	16	0	1	1	6	0	7	34
Trabalho do(a) assistente social na Assistência Estudantil	0	1	2	6	0	0	0	6	0	1	16
Total por região	8	15	14	76	0	10	30	73	0	29	255
Total geral por região	23		90		10		103		29		255

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora (2018).

Analisar a produção do conhecimento do Serviço Social, em sua constituição histórica, resultou em ganhos significativos para a formação profissional e intelectual da categoria de assistentes sociais. Dentre as diversas áreas estudadas e pesquisadas a Política de Educação, em diferentes níveis e modalidade de ensino e, de forma especial no Ensino Superior e profissionalizante, ganhou densidade nas décadas de 2000 e 2010. Destacamos do quadro supracitado que de 34 produções de conhecimentos referentes a temática - Assistência Estudantil, 16 tratam especificamente do trabalho da/o assistente social, foco da pesquisa mencionada. E é nesse contexto que iremos, no próximo item analisar as produções de conhecimento sobre o Trabalho do/a assistente social na Assistência Estudantil, especificamente, na região sudeste do Brasil.

1. RESULTADOS DA PESQUISA: PERCEPÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA REGIÃO SUDESTE

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 33, Fluxo contínuo (2024): Edição “Conhecimento e diversidade”

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

A base do conhecimento de cada sociedade no seu tempo e movimento delinea as formas de pensar e agir. Na sociedade capitalista o conhecimento é primordial para auferir os seus anseios ideológicos na busca de poder e lucratividade, porém o acesso ao conhecimento, contraditoriamente, pode significar a possibilidade de apreender a realidade social para além da imediatividade adquirindo condições para construção de uma análise crítica. É justamente nesta tensão contraditória entre a reprodução da ideologia dominante e a construção de uma contra-hegemonia que ocorre a educação escolarizada como importante processo de acesso ao conhecimento acumulado pela sociedade, sendo um direito humano e social. Dessa forma,

a Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. A trajetória da Política de Educação no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora (CFESS, 2013, p. 19)

É com base nesse processo contraditório que envolve a Política de Educação e a inserção de assistentes sociais nesses espaços sócio-ocupacionais que vem ocorrendo uma ampliação da discussão referente à temática “Educação” nas dissertações e teses dos Programas públicos de Pós-Graduação em Serviço Social, a partir da década de 2000, conforme já referido anteriormente neste texto. Esse período reflete o contexto político, econômico, social e cultural vivenciado na sociedade brasileira a partir das transformações no processo de produção e reprodução social determinado pelo mote da flexibilização, das alterações do Estado diante da perspectiva do ideário neoliberal. Esse pensamento neoliberal repercute nas políticas sociais em geral e, especificamente, na esfera da Educação e da Cultura.

Hoje, o processo em curso trata de liberar o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido construir o “contrato social”, o Estado previdenciário do *Welfare State*, substituindo-a pela mundialização da economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada; ou seja, trata-se de um movimento único de libertação do capital de todas as instituições que

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

enquadravam e regulavam suas operações. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 45).

A produção do conhecimento no Serviço Social, em sua constituição histórica, resultou em ganhos significativos para a formação profissional e intelectual da categoria de assistentes sociais. Dentre as diversas áreas estudadas e pesquisadas a Política de Educação, em diferentes níveis e modalidade de ensino e, de forma especial no Ensino Superior e profissionalizante, ganha densidade nas décadas de 2000 e 2010.

No levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa nos PPGSS públicos em Serviço Social observou que, na década de 2000, tivemos um total de 78 trabalhos com a temática “Serviço Social na Educação”, sendo 14 teses de doutorado e 64 dissertações de mestrado. Na década de 2010 esse número se estende para 177 trabalhos publicados, com um aumento significativo da temática “Serviço Social na Educação” para 226% em relação à década anterior, com 37 teses de doutorado e 140 dissertações de mestrado. Portanto, há um aumento significativo da produção do conhecimento com essa temática, assim inferimos que esse crescimento é decorrente das experiências profissionais vivenciadas pelos Assistentes Sociais inseridos nesses espaços sócio-ocupacionais e pelo amadurecimento intelectual da profissão, construído historicamente, principalmente nas últimas décadas.

No que tange aos temas abordados, tendo como foco o objeto de estudo da pesquisa nessas duas décadas de 2000, identificamos os assuntos delineando as categorias: “Serviço Social na Educação”, “Assistência Estudantil”, “Trabalho do(a) assistente social na Assistência Estudantil”. Destas categorias, destacam-se as seguintes abordagens: educação superior, desafios à profissão; as particularidades do trabalho do(a) assistente social neste nível de ensino; a educação profissional; o Programa de Assistência Estudantil (PNAES) e sua implementação; o Projeto Ético-Político Profissional do(a) assistente social na educação superior e autonomia relativa da profissão nestas instituições educacionais e também a contrarreforma da educação superior e do Estado.

No eixo temático “Trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil” na região sudeste do Brasil, que se constitui como análise desse presente artigo, foram encontradas 6 dissertações de mestrado e nenhuma tese de doutorado, conforme descrito no quadro abaixo.

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

Quadro 8: Distribuição das dissertações encontradas com a temática “Trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil” dos PPGSS da região Sudeste.

	Instituição	Título	Ano de defesa	Tese dissertação
1	UERJ	O processo de trabalho do(a) assistente social na universidade pública: análise da “política de assistência estudantil” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2012	Dissertação
2	UERJ	O trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil no contexto de contrarreforma da Educação Superior	2016	Dissertação
3	UERJ	A educação superior e a assistência estudantil: requisições e respostas do trabalho do(a) assistente social frente sua expansão no contexto de contrarreforma do Estado	2017	Dissertação
4	UFES	O trabalho em rede na intervenção do(as) assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	2015	Dissertação
5	UFJF	A intervenção de assistentes sociais na assistência estudantil	2015	Dissertação
6	UNESP/Franca	Reflexões sobre o trabalho do(a) assistente social na Assistência Estudantil	2017	Dissertação

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora (2018).

Nas análises elaboradas pelos autores das dissertações pesquisadas, certificou-se que o(a) profissional assistente social, consciente de sua autonomia relativa, mesmo em um contexto ultraliberal como o atual, reconhece as tensões e contradições postas no cotidiano profissional e compreende que suas escolhas devem estar sempre em consonância com os princípios éticos e políticos da profissão percebendo que, em requisições institucionais educacionais, há uma relação contraditória: a expansão do acesso da classe trabalhadora ao Ensino Superior e a própria implementação da assistência estudantil é permeada por contradições, não garantindo de fato a permanência estudantil, considerando a concepção ampliada da mesma, até a conclusão dos cursos.

Neste sentido corroboramos com o pensamento de vários estudiosos sobre a temática – assistência estudantil, destacando Roseane Barbosa (2009) que traz a seguinte concepção de assistência estudantil:

“[...] como um conjunto de políticas realizadas através dos programas de promoção, assistência e apoio, que tem como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 33, Fluxo contínuo (2024): Edição “Conhecimento e diversidade”

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos”. (BARBOSA, 2009, p. 38).

De conformidade com o Documento: “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação” (CFESS, 2013), referente às quatro dimensões que particularizam a atuação profissional do(a) assistente social na Política de Educação (garantia do acesso, garantia da permanência, gestão democrática e qualidade da Educação), comprovou-se que, nas análises das dissertações, o trabalho do(a) assistente social se dá majoritariamente pelas vias das duas primeiras dimensões supracitadas: garantia do acesso e da permanência.

Em relação à **garantia de acesso**, foram levantadas duas observações apresentadas pelos(as) profissionais que atuam com a Política Educacional. A primeira diz respeito à ampliação do acesso à Educação escolarizada, que deveria ser efetivada como direito social de todos à Educação. Mas nas análises engendradas pelas autoras, o acesso não ocorre integralmente, pois, o Governo Federal prefere privilegiar a esfera educacional privada em detrimento do Ensino Superior público, com o intuito de atender às prerrogativas do mercado, que são afiançadas pelos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial, com a pactuação de projetos e programas governamentais, atrelados ao grande capital.

No que tange à **garantia da permanência**, sendo a política de assistência estudantil, não o único, mas um importante determinante, além de ser restrita ao Ensino Superior, não detém recursos financeiros suficientes para atender a toda demanda existente, mesmo respeitando as restritas condicionalidades. Também fica evidente que, reduzir a “assistência estudantil” ao repasse de recursos financeiros, por via das avaliações socioeconômicas efetivadas pelos (as) assistentes sociais, não contempla a gama de situações que perpassam o universo educacional. Na perspectiva da totalidade é preciso reconhecer todas as mazelas que incidem na vida escolar e social dos estudantes e que impactam na sua formação integral, indo desde as expressões da questão social vivenciadas pelos estudantes/famílias, às demandas educacionais relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, às relações interpessoais etc.

É importante lembrar que a “escola” não é uma ilha e reflete as contradições impostas pela sociedade, na realidade social, inclusive os preconceitos de raça/etnia, condição física, orientação sexual, etc, que tanto afligem o estudante e que deveriam ser também foco da intervenção do(a) assistente social, de forma conjunta com os pedagogos e professores.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 33, Fluxo contínuo (2024): Edição “Conhecimento e diversidade”

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

Apenas em uma dissertação, em uma instituição, que possui também o Ensino Médio, foi destacada a atuação profissional do(a) assistente social junto aos discentes, pais/responsáveis, com a organização de grupos de discussão sobre temas transversais (raça/etnia, gênero e demais preconceitos). Dessa maneira, aproximando da dimensão da qualidade da Educação, atuando na perspectiva da dimensão educativa da profissão efetivando ações educativas com os estudantes, tendo como objetivo a desconstrução dos preconceitos, contribuindo com a ampliação de conhecimentos sobre temas de extrema relevância para a formação crítica desses jovens.

Não se pode afirmar se essa atuação ocorre ou não nas instituições educacionais *locus* das pesquisas analisadas, porém o que todas as autoras afirmam é que a precariedade das condições de trabalho, a desproporcionalidade entre o número de assistentes sociais e o número de estudantes a serem atendidos, a requisição institucional exigida reduzida a realização de estudos socioeconômicos, restringem o tempo do profissional na efetivação da abrangência de sua intervenção profissional, principalmente a partir de ações socioeducativas.

Nessa direção, inferiu-se que a **dimensão da gestão democrática na educação** fica prejudicada, havendo apenas a dissertação de Carvalho (2012) que menciona essa intervenção profissional.

Reconhecemos que atuar na gestão democrática e da qualidade da Educação trata-se, realmente, de algo desafiador para os assistentes sociais, diante das condições objetivas e subjetivas que incidem sobre o trabalho profissional nos espaços educacionais.

Portanto, a efetivação desta dimensão da particularidade do trabalho do assistente social na educação fica reduzida, com poucos relatos de algum tipo de ação em espaços de participação e de decisão, tais como: grêmios estudantis, conselhos de escola ou outras esferas de representatividade existentes nas instituições educacionais ou mesmo em movimentos sociais e conselhos de direito (Saúde, Educação, assistência social, etc.); espaços tensionados, mas que podem possibilitar uma ação mais democrática. Contudo, pelo conteúdo abordado nas dissertações, observou-se que as autoras estão sintonizadas com o debate sobre a qualidade da Educação e a necessidade de ocupação dos espaços de representatividade da categoria profissional, como por exemplo, os espaços do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 33, Fluxo contínuo (2024): Edição "Conhecimento e diversidade"

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudos em Serviço Social (ENESSO).

Dessa forma, as ações profissionais vistas nas dissertações estão atreladas principalmente à organização técnica das atividades direcionadas aos programas e projetos institucionais que atendam à política de assistência estudantil (editais de acesso, infrequência e evasão escolar, reserva de vagas; projetos e programas institucionais, tais como: monitorias, empréstimos de material), com análise/avaliação socioeconômica ou mesmo apenas verificação documental para concessão de bolsas/auxílios. Algumas ações foram identificadas de forma pontual e de atendimentos individualizados e encaminhamentos de demandas espontâneas.

Assim, ao serem analisadas as dissertações, ficou comprovado que a garantia de acesso e de permanência nas IES públicas e nos Institutos Federais (IF'S) ainda é o principal motivo pela geração da requisição especializada do(a) profissional assistente social. Ainda, esse acesso e permanência estão longe de serem efetivados como direito social. Esse fato é evidenciado pelas autoras das dissertações pesquisadas quando afirmam veementemente que o Programa de assistência estudantil é extremamente focalista, seletista e fragmentado.

Ademais em relação ao acesso e à permanência, outro fator apresentado nas dissertações relaciona-se à forte tendência do processo de monetarização/bolsificação para o atendimento daqueles que procuram pela assistência estudantil e que dela necessitam. Conforme as análises das autoras, há a afirmação de que a lógica impregnada nas instituições de Ensino Superior é de responsabilização individual dos estudantes por seus cuidados e gastos com: moradia, alimentação, transporte etc. Assim, a busca por espaços de convivência e integração nos restaurantes universitários, nas moradias estudantis, fazendo parte dessa comunidade acadêmica, como espaço, troca de saberes, de valores, de vivências, de luta, enfim, de pertencimento, estão sendo, cada vez mais limitados, cumprindo a lógica da visão mercadológica da educação.

Com essas constatações nas dissertações analisadas, pôde-se inferir que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil geralmente sofre o processo de burocratização e rotineirização de suas atividades pela convivência com o desencadear de um arsenal de projetos e programas institucionais, sob a forma de editais (concessão de bolsas/auxílios,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 33, Fluxo contínuo (2024): Edição "Conhecimento e diversidade"

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

monitorias, participação de projetos/programas), dificultado, assim, a sua organização profissional coletiva.

Nas dissertações analisadas, observou-se também que os(as) profissionais assistentes sociais desenvolvem seus trabalhos em espaços institucionais, no interior das universidades e dos IF's, de forma fragmentada, o que dificulta a possibilidade de se organizarem, a fim de se repensar o Serviço Social na Educação para que possa haver a possibilidade da construção de projetos e programas concernentes ao Serviço Social e à sua demanda. Mas os fatores que dificultam essa organização/mobilização profissional, demonstrado principalmente em umas das dissertações analisadas, estão estreitamente relacionados à intensificação, à precarização do trabalho profissional em atender à demanda discente com os vários editais dificultando a mobilização do(a) assistente social para novas possibilidades de atuação, em consonância com suas atribuições e competências (previstas na Lei que regulamenta a Profissão – Lei nº 8662/93).

Corroborando as afirmativas já descritas, particularmente em relação às dimensões que particularizam o trabalho do(a) assistente social na Política de Educação: na qualidade da Educação e na gestão democrática não está explicitada a existência de uma ação mais incisiva da atuação profissional nas dissertações analisadas. Mas há a percepção, que fica subentendido nas análises das autoras, nas suas escolhas teóricas, a opção pela perspectiva crítica de análise das relações sociais de produção e reprodução da vida social e do próprio trabalho do(a) assistente social.

Destacando a dimensão que trata sobre a qualidade da Educação, realmente pode-se verificar que está longe de atingir essa prerrogativa, pois deve ser alicerçada em uma formação crítica, integral, que viabilize o desenvolvimento das potencialidades do ser social, tanto as relacionadas ao conhecimento como as de reflexão de valores pautados em princípios éticos e políticos. Certamente a efetivação da qualidade socialmente referendada da educação, não se constitui responsabilidade da/o profissional (assistente social e outros da equipe técnica), apesar de averiguarmos que há consciência e empenho dos profissionais na luta para calcar esse horizonte de forma coletiva com os demais trabalhadores da educação. Frigotto (2015) apresenta importante reflexão sobre a questão da “qualidade na educação”, diferenciada da concepção de qualidade mercadológica, que simplesmente visa a eficiência e

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 33, Fluxo contínuo (2024): Edição “Conhecimento e diversidade”

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

eficácia da educação a partir dos índices educacionais, mas a qualidade socialmente referendada que supõe: “as concepções e os conhecimentos que dão a direção filosófica e teórica dos processos educativos” – e que este também depende da concretização de bases objetivas que constituem a materialidade das práticas pedagógicas no chão da escola, sinteticamente são: infraestrutura física: recursos e materiais pedagógicos; corpo docente, trabalhadores técnicos e administrativos, serviços e pessoal de apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Delineando o trabalho profissional do(a) assistente social na área educacional, de forma específica na área da assistência estudantil, comprovou-se que esses profissionais (autores das dissertações analisadas) reconhecem a Educação como direito humano e social universal, considerando o conhecimento um produto historicamente construído nas sociedades, devendo ser socializado para todos. Reconhecem também os determinantes desencadeadores nessa política social – a política educacional e os desafios e possibilidades, avanços e retrocessos diante das diversas lutas e disputas próprias da sociedade constituída por classes antagônicas (capital e trabalho). Assim, o (a) assistente social deve estar sintonizado com o Projeto Ético-Político que norteia a profissão, e que este, especificamente no âmbito do exercício profissional na política de educação deve fundamentar as quatro dimensões que particularizam a atuação do (a) trabalho de assistente social na Política de Educação, delineada no já mencionado Documento: Subsídios para atuação de assistentes sociais (CFESS, 2013), sendo: o acesso, a permanência, a gestão democrática e a qualidade na educação escolarizada.

Nos limites deste artigo tivemos como avanço discussões das diversas realidades vivenciadas no atendimento das demandas institucionais educacionais e que são expressas nos estudos sobre a atuação do assistente social na assistência estudantil na educação superior. Destaca-se também o empenho das entidades representativas da categoria profissional – conjunto CFESS/CRESS, oferecendo suporte teórico e ético sobre a particularidade da atuação profissional nos espaços sócio-ocupacionais da educação, por exemplo, referente ao “estudo socioeconômico” que compõe o aparato legal relacionado as competências e atribuições privativas da/o assistente social. Desta forma, os instrumentos da forma como eles

TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE

são construídos e utilizados podem tornar-se uma atribuição privativa do Assistente Social, visto que está contido em processos de trabalho nas diversas instituições de diversas políticas sociais com intuito de emitir uma opinião técnica na efetivação dos direitos sociais que, nesse caso, para concessão de benefício/auxílios contido no programa de assistência estudantil e que exige um processo de seletividade.

As ponderações deste artigo pretendem relevar e apresentar indicativos, posicionamentos que podem contribuir no processo de construção do conhecimento sobre a temática, objeto de análise, lançando para o futuro possíveis reflexões sobre a formação e sobre o exercício profissional do(a) assistente social no âmbito da Educação, especificamente na política de assistência estudantil. Alguns fundamentos teóricos analisados tendem a prevalecer; outros, no campo das transformações históricas e da construção do pensamento, podem ser superados fortalecendo o caminho em busca da efetivação da assistência estudantil como uma política social na perspectiva do direito social a educação escolarizada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA; ALENCAR, M. M. T. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ARAÚJO, A. S. **A intervenção do assistente social na assistência estudantil** dissertação de mestrado. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Serviço Social / FSS. Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS. Juiz de Fora-MG, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/328>>. Acesso em: 24 abril 2024.

BARBOSA, R.A. **A assistência estudantil da residência da UFPB**. 133 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7212?locale=pt_BR>. Acesso em: 24 abril 2024.

BELO, A. S. **A educação superior e a assistência estudantil: requisições e respostas do trabalho do assistente social frente sua expansão no contexto de contrarreforma do Estado**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Sociais. Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro/RJ, 2017. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=1&id=8783&PHPSESSID=tf3keuvl50mdr1fqfufq84hl83>. Acesso em: 24 de abril 2024.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 33, Fluxo contínuo (2024): Edição “Conhecimento e diversidade”

**TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE**

BRASIL. Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília/DF, 19 jul. 2010. p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 24 abril 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais - REUNI. **Diário Oficial [da] União**, Casa Civil, Brasília/DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <[Decreto nº 6096 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 24 abril 2024.

CARVALHO, C. Q. L. **O processo de trabalho do (a) assistente social na universidade pública: análise da “política de assistência estudantil” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro/RJ: Faculdade de Serviço Social, 2012. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_d7f698f6d6926079d9b891bd6b2b63ab>. Acesso em: 24 de abril 2024

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social**. Brasília/DF: CFESS, 2022. Disponível em: <<file:///D:/ARTIGO%20REVISTA%20UNESP%20SS%20E%20REALIDADE/EbookCfess-DocOpinioTecnica2022-Final.pdf>>. Acesso em: 24 abril 2024